



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7965

**Presidente da Mesa Diretora:** Valcir Soares da Silva

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Normas, Obrigações, Proibições e Regulamentos

**Autoria:** Alfredo Ramos Neto

**Data:** 05/04/2011

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 45/2011. Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem das compras, em estabelecimentos comerciais autodenominados de supermercados ou similares. (Referente à Lei nº 4.332, de 02/05/2011).

**Controle Interno – Caixa:** 17.1

**Posição:** 24

**Número de folhas:** 07

---

Espécie: PL  
Categoria: Norma  
CX: 17.1  
Ordem: 24  
nº fls: 05



30/2011

26.04.2011

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 45/2011

AUTOR:

Ver. Alfredo Ramos Neto

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Obrigatoriedade de Prestação de Serviços de  
Acondicionamento ou Embalagem das Compras em Estabelecimentos Comerciais  
Autodenominados de Supermercados ou Similares.

### MOVIMENTO

Entrada em 05/04/2011

Comissão legislação e Justiça.

- 1 -
- 2 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 3 - C/A EM 26.04.2011
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



**Câmara Municipal de Montes Claros**  
Gabinete Vereador Alfredo Ramos



**PROJETO DE LEI 45/2011**

*"Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem das compras em estabelecimentos comerciais autodenominados de supermercados e ou similares."*

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Os estabelecimentos comerciais autodenominados de supermercados, hipermercados ou similares ficam obrigados a prestar serviços de acondicionamento ou embalagem dos produtos adquiridos por seus clientes.

§ 1º - Para efeitos desta Lei, entende-se por serviços de acondicionamento ou embalagem o empacotamento ou a colocação em sacolas dos produtos ali adquiridos, por pessoas contratadas para este fim pelos referidos estabelecimentos, denominada de empacotador.

§ 2º - Excluem-se desta obrigatoriedade os estabelecimentos de pequeno porte, assim entendidos os que tenham menos de 6 (seis) caixas registradoras.

Art. 2º - Para cada três máquina registradora (checkouts) em operação haverá pelo menos um funcionário encarregado da tarefa referida no caput do art. 1º, devidamente uniformizado e identificado, em conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT, em sua Cláusula Décima Sexta, firmada entre o Sindicato dos Empregados no Comércio de Montes Claros e Região e o Sindicato do Comércio varejista de Montes Claros para o biênio 2011-2012.

Art. 3º - Os estabelecimentos acima referidos deverão afixar, em locais visíveis, no seu interior, cartazes informando aos clientes sobre a obrigatoriedade da prestação daqueles serviços.

A

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECD.
04/04/2011	
HORAS: 16:54	
ASS:	

Art. 4º – O Executivo Municipal terá 60 (sessenta) dias para elaborar decreto determinando a forma de fiscalização da lei e a fixação de sanções pelo descumprimento desta lei.

Art.5º – As denúncias dos clientes, devidamente comprovadas, serão apresentadas ao PROCON Municipal ou aos órgãos que o suceder, que deverá tomar as providências cabíveis para o cumprimento desta lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala de Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 29 de março de 2011.**



**Alfredo Ramos**  
**Vereador**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E RUSTICA  
EM 05 DE ABRIL DE 2011  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM COMISSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 26 DE ABRIL DE 2011  
PRESIDENTE





**Câmara Municipal de Montes Claros**  
Gabinete Vereador Alfredo Ramos



**PROJETO DE LEI \_\_\_\_/2011**

**JUSTIFICATIVA**

O Projeto de Lei visa melhorar o atendimento ao consumidor, que ao efetuar suas compras tem que ter atendimento priorizado, tendo funcionários para efetuar o acondicionamento de suas compras, denominados empacotador, além de humanizar o trabalho do operador de caixa, que hoje é sobrecarregando com mais essa tarefa.

Esta providencia se faz necessária em razão da alta incidência de doença profissional que ocorre com trabalhadores em checkouts (caixas), bem como obedecendo ao Anexo I da NR17 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Por fim a legislação proposta vai permitir comodidade daqueles estabelecimentos comerciais e a geração de centenas de novos empregos em nossa cidade.

A



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI 045/2011 “Dispõe sobre a obrigatoriedade de Prestação de Serviços de Acondicionamento ou Embalagem das Compras em Estabelecimentos Comerciais Autodenominados de Supermercados ou Similares”, de autoria do Vereador Alfredo Ramos Neto.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto tem como escopo tornar obrigatório que os supermercados ou similares prestem o serviço de acondicionamento ou embalagem dos produtos por eles vendidos.

A princípio, tendo em vista que o projeto em questão estaria legislando acerca de questão trabalhista isto porque obrigaria às empresas em questão a contratar ou remanejar funcionários para tanto, o mesmo se revelaria ilegal, porém, no caso presente, tal obrigação já foi criada em sede de Convenção Coletiva de Trabalho, ou seja, o projeto não cria a obrigação, apenas a ratifica.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 06 de abril de 2011.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 45/2011**

**AUTOR: Ver. Alfredo Ramos Neto**

**MATÉRIA: Dispõe sobre a Obrigatoriedade de Prestação de Serviços de Acondicionamento ou Embalagem das Compras em Estabelecimentos Comerciais Autodenominados de Supermercados e/ou similares.**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 05/04/2011, com entrada na Sala das Comissões no dia 06/04/2011.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem como objetivo instituir dispor sobre a obrigatoriedade de prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem das compras em estabelecimentos comerciais autodenominados de supermercados e/ou similares.

Nos termos do Parecer da Assessoria Legislativa “A princípio, tendo em vista que o projeto em questão estaria legislando acerca de questão trabalhista isto porque obrigaria às empresas em questão a contratar ou remanejar funcionários para tanto, o mesmo se revelaria ilegal, porém, no caso presente, tal obrigação já foi criada em sede de Convenção Coletiva de Trabalho, ou seja, o projeto não cria a obrigação, apenas a ratifica.”

Assim segue a conclusão:

**III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão acompanha o Parecer da Assessoria Legislativa, entendendo ser o referido projeto legal e constitucional e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 08 de abril de 2011

Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá : \_\_\_\_\_

Vice- Presidente: Ver. Athos Mameluke Mota: \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus \_\_\_\_\_

*A. Silva*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*